

**NEUTRALIDADE E CIENTIFICISMO NO “PAI-DOS-BURROS”: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA DE CIÊNCIA E DICIONÁRIO**

Jaqueline Pierazzo PEREIRA
João André Brandão CREPSCHI
Letícia Rodrigues de ABREU
Verónica Guadamuz MORA

(Orientadoras):
Profa. Dra. Carolina Fedatto
Profa. Dra. Carolina Maria Rodriguez Zucolillo

RESUMO: O objetivo deste trabalho é, através da análise discursiva dos verbetes “dicionário” e “ciência”, compreender as relações intertextuais e interdiscursivas que instauram a ideologia do dicionário, especificamente no que tange à neutralidade e ao cientificismo. Além disso, objetiva-se discutir questões sócio-históricas referentes à expressão “pai-dos-burros”, analisando-se o sujeito que fala e a quem se dirige e culminando na inexorável relação Língua, Ciência e Sociedade, muito recorrente na tradição lexicográfica.

Palavras-chave: lingüística, dicionário, ciência, análise discursiva

Introdução

Baseado na análise discursiva dos verbetes “dicionário” e “ciência”, este trabalho aborda aspectos tratados em sala de aula, como a ideologia dos dicionários e a forma como ela é apresentada nos mesmos e a relação deles com o contexto histórico no qual foram produzidos. Para isso, tratamos tais verbetes correlacionados e isolados. Discutiremos, também, aspectos curiosos, como o uso das expressões “pai-dos-burros”, “desmancha-dúvidas” e “tira-teimas” e a influência delas sobre o uso dos dicionários.

Escrita e Gramatização

Em estudo sobre a configuração dos saberes lingüísticos ao longo da história humana, Sylvain Auroux considera a escrita como a primeira revolução tecno-lingüística e, portanto, limiar das reflexões acerca da linguagem. Sobre seu aparecimento, Auroux considera um longo processo histórico, em que

questões, como a alteridade, suscitam na criação de técnicas de escrita. O estudo de Auroux considera ainda como segunda revolução tecnológica a gramatização, definida como o “processo que conduz a descrever uma língua na base de duas tecnologias, ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico, a gramática e o dicionário” (1992). Em rigor, a gramatização, tal qual ocorreu no Renascimento, terá como molas propulsoras a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira num contexto onde já existe uma tradição lingüística, como resposta a interesses práticos, e a regulação política de uma língua dada no que tange à literatura e expansão. Estas causalidades revelam que o caráter desinteressado do conhecimento lingüístico se mostra ilusório. Outra questão importante concerne à instrumentação da língua, neste caso, encontramos a gramática e o dicionário como meios para descrição e extensão da língua/fala natural. Vale também ressaltar que o aparecimento desses instrumentos não deixa intactas as línguas instrumentalizadas, o lingüicídio das línguas indígenas no Brasil constitui exemplo claro de que o conhecimento lingüístico, ao contrário do que se supõe, afeta o objeto. Ainda sobre a origem do processo de gramatização, o autor de “Revolução Tecnológica da Gramatização” coloca o conceito de espontaneidade e de transferência (de uma língua para outras) o qual se subdivide em endo ou exogramatização. Via de regra, observa-se tal processo na produção lexicográfica brasileira, como veremos a seguir.

A Dicionarização no Brasil

Sendo o dicionário, enquanto saber histórico, o objeto deste trabalho, vale a pena refletir sobre a origem e a evolução do saber lexicográfico no Brasil em suas condições de produção, como nos aponta Nunes (2002). Neste contexto, relacionamos “as formas dicionarísticas às condicionantes históricas”. Sobre a história do saber lexicográfico no Brasil, consideramos em sua interpretação dois períodos de dicionarização, que correspondem a processos distintos de gramatização. No primeiro, predomina a exo-gramatização”, colocada por Auroux como o mecanismo de transferência não efetuado pelos falantes nativos da língua, “com a produção de listas de palavras e dicionários bilíngües. No segundo, predomina a endo-gramatização”, definida como a transferência efetuada pelos falantes nativos da língua, “com a produção de dicionários monolíngües”. Sobre o processo de exo-gramatização, decorrente do século XVI ao XVIII, destacam-se, no Brasil, os relatos de viajantes, de cunho enciclopédico (“comentários sobre as coisas e os habitantes do país”) e os Dicionários bilíngües Português-Tupi construídos pelos jesuítas com base na Gramática Latina e com claros objetivos catequéticos e de colonização. Como nos aponta Nunes “este efeito referencial da colonização estabelece para a

lexicografia brasileira um estatuto particular, ligado não à explicação de textos antigos, ao ensino do latim ou à literatura, mas à compreensão do real.”. Num segundo período, marcado pela endo-gramatização, observa-se, essencialmente no século XIX e finais do século XVIII, a produção de dicionários monolíngües brasileiros, entram em discussão questões relativas à diferença entre o Português de Portugal e o Português do Brasil, culminando no conceito de brasileiro num contexto de construção de uma identidade nacional. É desta época, o primeiro monolíngüe do português, escrito por Antonio de Moraes Silva. Várias teorias marcam a produção dicionarística desta época, como a Gramática Geral, a Lingüística Histórica, etc. No que se refere à institucionalização desta produção de dicionários destacam-se as primeiras universidades, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a ABL, etc. Já no século XX, “com as transformações da República no século XX, os dicionários brasileiros de língua portuguesa, em que são introduzidos mais amplamente elementos socioculturais relativos ao Brasil” (Nunes). São deste período o famoso dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, Antonio Houaiss, Michaelis e outros. Além disso, a tecnologia, também como condição de produção, passará a interferir na técnica textual e na produção de corpora eletrônicos, o que facilita consultas e amplia os horizontes da lexicografia brasileira.

Lexicografia Discursiva

A “reflexão que toma o dicionário como discurso” (Orlandi, 2002), trabalhada por Orlandi, é de extrema importância para a análise dos verbetes. “Concentrando nossa atenção nas relações intertextuais e interdiscursivas” que envolvem o discurso lexicográfico” (2002), percebemos o funcionamento do dicionário, a relação do sujeito com a língua e a ideologia que institui. Assim, numa análise indiciária dos verbetes, observa-se o sujeito, as relativas, a forma da definição tal qual se apresenta, adjetivações, ortografia, sinônimos, remissões e citação. Cada mínimo detalhe do discurso enunciador pode ser significativa para uma análise. Esta postura discursiva de reflexão acerca dos verbetes revela o dicionário, objeto simbólico e histórico, como “lugar de construção da memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado” (Orlandi, 2002).

DICIONÁRIOS ANALISADOS

Rafael Bluteau (1712)

Este dicionário, resultado de trinta anos de pesquisa, foi concluído em 1712 e oferecido ao Rei de Portugal. Foi desenvolvido, portanto, na época do Absolutismo. No prefácio, Bluteau justifica para os diferentes tipos de leitores as configurações de seu vocabulário, suas origens e criação, além de considerá-lo mais uma enciclopédia que um dicionário, ou seja, um dicionário para muitos outros usos, não somente de pesquisa de palavras. A base documental utilizada foram textos literários antigos e modernos, tendo sido respaldado por especialistas de diversas áreas, a fim de tornar mais verídicos os dados.

Antonio Moraes da Silva (1789)

É o primeiro monolíngüe do Português, datado de 1789, num contexto de ascensão do Iluminismo. Tendo sido adaptado de Bluteau, o “Dicionário da Língua Portuguesa” de

Moraes apresenta definições claras e concisas. Em seu corpo nós percebemos o discurso jurídico e a estrutura sob os moldes portugueses. É, portanto, um dicionário que não inaugura a tradição lexicográfica brasileira, apesar de ser de autoria de um brasileiro. O aspecto mais meritório do trabalho de Moraes é a textualização sistemática e medianamente rigorosa do léxico português.

Caldas Aulete (1881)

O “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, de Caldas Aulete e Antonio Lopes dos Santos Valente, foi publicado originalmente em 1881. Trata-se de um grande dicionário do século XIX, muito significativo no contexto nacional. Sobre ele, Telmo Verdelho diz: “Não se trata de ‘um dicionário exclusivamente clássico’, limitado aos ‘vocábulos abonados pelos mestres da língua’, pelo contrário, acolhe ‘os neologismos sancionados pelo uso e pela necessidade, e os termos técnicos, que com desenvolvimento da instrução pública, têm passado para a literatura e para a linguagem da conversação’ e também os arcaísmos que com mais freqüência se encontram nos clássicos do século XVI e XVII e aqueles que são radicais de palavras derivadas existentes na língua atual.”

Laudelino Freire (1939)

Datado do ano de 1939, este dicionário foi baseado no Dicionário de Cândido de Figueiredo. Em Freire, encontramos termos simples e compostos que nenhum dicionário jamais atingiu: lusitanismos, afrolusitanismos e asiolusitanismos. Esta obra é direcionada principalmente a brasileiros, por isso Freire se utiliza da linguagem falada no país. Como citado por Freire, a idéia do dicionário era: “ser útil à minha pátria, dotando-a de uma obra fundamental, que é ao mesmo passo o primeiro livro que toda nação deve ter”.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975)

Em seu “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira objetivou fazer um dicionário médio, com razoável contingente de vocabulários. Utilizou a língua dos jornais, das revistas, do teatro, do rádio, da televisão, de comentaristas políticos e econômicos e de repórteres. Apresenta também o critério fraseológico utilizado no “Dicionário da Real Academia Espanhola”, tendo, assim, influências latino-européias. Em suas definições, o uso de sinônimos é abundante. Trata-se do dicionário mais popular do Brasil, escrito à época da Ditadura Militar do país, tendo, pois, marcas desta época em seus enunciados definidores.

Antonio Houaiss (2001)

O dicionário de Antonio Houaiss foi concluído no ano de 2001, mas o trabalho de pesquisa foi feito em 15 anos. Podemos situá-lo na época contemporânea, apesar de que a estrutura de cada verbete se fez a partir de sua acepção mais antiga. A preocupação principal do dicionarista foi definir os conceitos reais dos sentidos das palavras analisadas em vez de lançar somente sinonimização. A base documental foi de obras literárias técnicas e didáticas, além de periódicos de informação geral e de entretenimento. A linguagem utilizada é o Português contemporâneo do Brasil e de Portugal.

UNESP (2004)

O dicionário da UNESP, organizado por Francisco Borba, foi concluído em 2004. É um trabalho feito pela Faculdade de Ciência de Araraquara. No que tange às condições de produção, destaca-se o uso da tecnologia para melhorar os instrumentos de pesquisa para a produção de dicionários. O critério utilizado para a escolha dos verbetes foi a delimitação morfológica e a dependência ou vinculação semântica das palavras, além dos lusitanismos. As definições são de

tipo discursivo, mas também se procura estimular a ampliação do vocabulário do leitor, colocando sinônimos para acompanhar as definições. A base documental é constituída de literatura romanesca, técnica dramática, oratória, jornalística, crônicas, peças de teatro e cartas. Objetiva-se que dicionário seja um texto de apoio em sala de aula, portanto, simples de entender.

A Relação entre Ciência e Dicionário

A relação entre ciência e dicionário, marcada por pontos convergentes, é nítida essencialmente quando se efetua a análise de seus respectivos verbetes em dicionários distintos. Assim, as definições encontradas possuem lugares-comuns constitutivos de uma ideologia, “pois, ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios de como os sujeitos — como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia — produzem linguagem” (Orlandi, 2002). Em relação às convergências encontradas na análise das representações dicionarísticas dos conceitos de “Ciência” e “Dicionário” destacaremos duas, a saber: o cientificismo e a neutralidade. Este primeiro ponto, definido por Chauí (2002) como “crença infundada de que ciência pode e deve conhecer tudo, que, de fato, conhece tudo e é a explicação causal das leis da realidade tal como está em si mesma.”, é muito recorrente nas definições verificadas e pode ser correlacionado ao conceito de completude assim expresso por Orlandi (2002):

Com efeito, consideramos que o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que um dicionário contenha (todas) as palavras da língua.

Assim, observa-se o ideal de totalidade vinculado tanto à ciência, concebida como a entidade capaz de explicar e conhecer tudo, como ao dicionário, como o instrumento que contém todas as palavras de uma língua, sendo ambos sempre corretos e incontestáveis. Nos verbetes “Dicionário” tal ideal é expresso nas definições de forma a cristalizar o efeito de completude, dando ao leitor a impressão fiel de que todas as palavras da língua estão representadas no dicionário, como se pode observar nos enunciados definidores abaixo:

“Livro em que as palavras de huma, ou mais lingoas estão impressas” (Bluteau)

“Livro em que se apontão (sic) as palavras de uma Língua com a explicação dos seus significados.” (Moraes)

Nos dois primeiros casos, Raphael Bluteau e Antonio de Moraes Silva, sendo este último influenciado pelo primeiro, utilizam-se o artigo definido “as” para designar o conteúdo do dicionário. Via de regra, não são “umas” palavras, mas “as” palavras todas de uma ou mais línguas que compõe o dicionário. Mais amenos, porém, são Antonio Houaiss (2001) e Borba (2004), ao colocarem em voga o caráter parcial da representação dicionarística, como se vê em:

“compilação completa ou parcial das unidades léxicas de uma língua (palavras, locuções, afixos, etc.)” (Houaiss, 2001)

“obra que contém, parcial ou totalmente, os vocábulos de uma língua, dispostos por ordem alfabética” (Borba, 2004)

Vale destacar, em Borba, a pontuação que encerra o termo “parcial ou totalmente”, composta de vírgulas constituintes das chamadas incisivas (acréscimos contingentes e acessórios). Em rigor, as incisivas, associadas às elipses, contribuem para relações de dito e não-dito, objetos de reflexão de Haroche (1984). Em “Ciência”, o ideal de totalidade, particularizado aqui como cientificismo, ocorre com grande propriedade nas definições de ciência de Laudelino Freire (1948) e Francisco Borba (2004):

“Soma ou conjunto de conhecimentos que se possuem sobre variados objetos (...) Conjunto dos conhecimentos coordenados e relativos a um objeto determinado ou as fenômenos de uma ordem ou classe (...) Total de conhecimentos práticos que servem para um determinado fim (...) Conhecimentos humanos considerados no seu todo.” (Freire, 1939)

“conjunto organizado de conhecimentos adquiridos pela pesquisa e explicado por meio de métodos próprios (...) todo conhecimento adquirido pela reflexão e pela vivência.” (Borba 2004)

Nestes enunciados definidores, itens lexicais indicadores de totalidade como “soma”, “conjunto”, “total de”, “todo” contribuem para a edificação do ideal cientificista de que a ciência possui todo o conhecimento possível e existente, assim como o dicionário conteria, em si mesmo, todas as palavras da língua. Retomando nossa análise comparativa de “Ciência” e “Dicionário” chegamos ao segundo ponto comum entre os conceitos: a ilusão da neutralidade. Sobre este aspecto, Chauí (2002) escreve:

“Como a ciência se caracteriza pela separação e pela distinção entre o sujeito do conhecimento e o objeto; (...); e enfim, como os resultados obtidos por uma ciência não dependem da boa ou má vontade do cientista nem de suas paixões, estamos convencidos de que a ciência é neutra ou imparcial. Diz à razão o que as coisas são em si mesmas. Desinteressadamente. Essa neutralidade científica é ilusória.”

Acerca da ilusória neutralidade ideológica do dicionário, nos alerta Orlandi (2002):

“o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido, sem interpretação, sem ideologia (...) justamente porque o efeito (ideológico) da dicionarização, tal como se procede, apaga a ideologia” (Orlandi, 2002)

Assim, no apagamento de uma ideologia ou no apoio racional, a neutralidade se institui, sendo esta observável nos verbetes analisados com em:

“CIÊNCIA ci-ên-ci-a Sf 2 aquisição de conhecimento relativo a um determinado objeto por meio de observação sistemática e métodos próprios” (Borba, 2004)

“DICIONÁRIO [do lat. medieval dictionariu] S.m 1. Conjunto de vocábulos duma língua ou de termos próprios de uma ciência ou arte, dispostos, em geral ,alfabeticamente, e com o respectivo significado, ou a sua versão em outra língua.” (Aurélio, 1975)

Observa-se no verbete de Borba (2004) a distinção entre o sujeito do conhecimento e o objeto e a apresentação de procedimentos científicos ou “métodos próprios” ambos os aspectos, são, em rigor, mantenedores da concepção de neutralidade epistemológica. Já em Aurélio (1975), além de ideais de totalidade expressos em “conjunto de vocábulos duma língua”, o aspecto mais interessante para o que se quer demonstrar está na expressão “com o respectivo significado”, a qual se encontra no singular. Se o dicionário apresenta os vocábulos “com o seu respectivo significado” então não há outras interpretações, e o dicionarista, por apresentar apenas o “respectivo” sentido, é neutro e nada mais se pode dizer.

Análise Discursiva de Verbetes

Questões de análise

A análise lexicográfica pode ter como ponto de partida múltiplas questões de análise, ou seja, o que, afinal, deseja-se compreender ou encontrar com este procedimento analítico-discursivo? No que diz respeito a esse presente trabalho, a premissa dos questionamentos começa na não-ocasional escolha dos verbetes-objeto. Questiona-se, assim, qual a relação entre “Ciência” e “Dicionário”? No entanto, olhando separadamente para tais conceitos, procuramos, primeiro, observar como a concepção de “Ciência” muda de uma época para outra. E, no caso do dicionário, focalizar como o dicionarista define a sua obra de “criação”.

Por fim, quais as pressuposições e conseqüências sociais que determinadas concepções de “dicionário” podem promover?

“Ciência”

Analisando o verbete “ciência”, além das aparentes neutralidade e completude, encontramos, em todos os dicionários pesquisados, referência à erudição/instrução. Tal referência nos remete à questão da “verdade absoluta”, através da qual a ciência é vista como algo *sempre* certo, feito por pessoas *sempre* bem instruídas. Moraes diz, dentro do próprio verbete, “conhecimento certo (...) o conhecimento daquilo que somos bem instruídos”, ou seja, é como se a fidelidade fosse intrínseca da ciência.

“Dicionário”

O verbete “dicionário” aparece nos dicionários examinados de modo semelhante, porém com singularidades próprias a cada dicionarista. Seguindo o método epistemológico de Guinzburg, o paradigma indiciário, estaremos atentos a detalhes tais como itens lexicais, construções diversas, pontuação, etc. reveladores de determinadas concepções que permeiam a definição de “dicionário”. Assim, uma questão a ser destacada tange à variação livro/obra. Variação esta que seguiu uma lógica, de acordo com a cronologia das edições pesquisadas. Em Bluteau (1712) e Moraes (1789) aparece apenas o termo “livro”, ou seja, o dicionário deveria ser impresso ou manuscrito em papel, não se admitindo outra forma para ele, o dicionário era visto única e exclusivamente como o resultado material do trabalho. Já em Aurélio (1975) e Houaiss (2001), aparece também o termo “obra”, deixando o dicionário de ser apenas algo escrito em papel para transcender a idéia de “livro”, o que é evidenciado em Houaiss quando, dentro do verbete “dicionário”, ele afirma: “... livro ou qualquer outro suporte de mensagem auditiva, visual, etc.”. Além disso, “obra” nos faz pensar em todo o trabalho de autoria do dicionário e não apenas no seu resultado final. Mais recentemente, no Dicionário Unesp do Português Contemporâneo (2004), encontramos apenas “obra”, o que denota, possivelmente, o caráter não material do dicionário.

“Pai-dos-Burros”: Uma questão Social

Burro sm. **1.** V. jumento (1). **2.** Indivíduo curto de inteligência; imbecil; asno. • adj. **3.** Pouco inteligente; bronco, estúpido. ♦ **Dar com os burros n' água.** Perder um negócio, ou sair-se mal em algo.
(Aurélio, 1975)

Das obras consultadas, aparece em Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, pela primeira vez, a expressão "pai-dos-burros" como sinônima de "dicionário", o que será posteriormente retomado e complementado em Houaiss (2001). Tal expressão nos leva a alguns questionamentos: quem são esses burros? O que torna o dicionário capaz de ser pai deles? Quais os possíveis preconceitos gerados pelo uso desse termo? O que ele significa na ideologia do próprio dicionário?

Pelo fato de o "Aurélio" ser o dicionário mais utilizado no Brasil, "pai-dos-burros" é um termo bastante conhecido e usado. Desde os primeiros contatos com o dicionário, as crianças vão tomando conhecimento de tal expressão, o que gera certo ressentimento em utilizá-lo, levando-as muitas vezes a permanecer com a dúvida no lugar de consultá-lo, isso gera também preconceitos em relação a quem o usa: quem consulta o dicionário deixa de ser uma pessoa interessada em saber mais para ser "burro", pouco inteligente. Já ao analisarmos os motivos que levam o dicionário a ter capacidade para ser "pai" desses "burros", deparamo-nos, mais uma vez, com a dualidade: neutralidade/cientificismo, ou seja, como ele é *imparcial* podemos confiar nas informações que ele contém e, como ele é *completo*, encontraremos nele tudo o que procuramos, sendo ele sempre útil.

Ainda dentro dessa dualidade, encontramos em Houaiss, além da expressão citada, outras como: "desmancha-dúvidas" e "tira-teimas", evidenciando a idéia de que a produção dicionarística compreende a "verdade absoluta", sendo sempre capaz de resolver todos os problemas que os indivíduos curtos de inteligência não seriam capazes de solucionar sozinhos.

Conclusão

A análise discursiva de verbetes dicionarísticos é assaz surpreendente ao revelar conceitos e ideologias presentes no dicionário. Assim, atentando a detalhes que à primeira vista parecem neutros e desimportantes, pode-se encontrar questões de cientificismo e completude, preconceitos de cunho social envolvendo sujeitos vários, bem como a identidade do dicionarista, enquanto cidadão num dado momento histórico. A análise de dicionários faz refletir sobre a intrínseca relação entre ciência e instrumentação lingüística e, mais que isso, permite que se compreenda a gradual institucionalização de um idioma, em relação com seus falantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AULETE, F. J. C. (1881). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Sociedade Industrial de Tipografia Ltda, Lisboa.

- AUROUX, S. (2002). *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Ed. Unicamp, SP.
- BLUTEAU, R. (1712). *Vocabulário Português Latino*, Pascoal da Sylva Lisboa
- BORBA, F. S. (2004). *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, Ed. Unesp, SP.
- CHAUI, M. (2002). *Convite à Filosofia*, Ed. Ática, SP.
- FERREIRA, A. B. H. (1975). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. Nova Fronteira, RJ.
- FREIRE, L. (1939-44). *Grande Novíssimo Dicionário Da Língua Portuguesa*, Livraria José Olympio Editora, RJ.
- HAROCHE, C. (1975). *Fazer dizer, querer dizer*, Ed. Hucotec, São Paulo.
- HORTA NUNES, J. (2001). *Léxico e Língua Nacional: Apontamentos sobre a História da Léxicografia no Brasil*, Ed. Pontes, SP
- HORTA NUNES, J. e PETTER, M. (2002). *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*, Ed. Pontes, SP
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Ed. Objetiva, RJ.
- ORLANDI, E. P. (2002). *Lexicografia Discursiva*, Ed. Cortez
- SILVA, A. M. (1789). *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa.